



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**



HABEAS CORPUS Nº 204.938-9 – RECIFE (2ª Vara dos Crimes contra Criança e Adolescente)

IMPETRANTE: Adv. DÁRIO PESSOA DE BARROS.

120

PACIENTE: **ZAQUEU CARLOS DUARTE**.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. NIVALDO MULATINHO.

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES.

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL.

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO. PEDIDO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. PRESENTES PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

I – Paciente acusado de roubo contra adolescente. Necessidade de manutenção da custódia, para garantia da ordem pública.


II – Presentes os pressupostos autorizadores da prisão preventiva (art 312 do CPP) fica afastada possibilidade de concessão da liberdade provisória.

III- Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 204.938-9, no qual figura como paciente **ZAQUEU CARLOS DUARTE**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão de /01/2010, à unanimidade, em denegar a ordem pleiteada, nos termos do parecer ministerial, relatório e voto, que seguem em anexo e passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho**  
**Relator Substituto**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

HABEAS CORPUS Nº 204.938-9 - RECIFE (2ª Vara dos Crimes contra Criança e Adolescente)

IMPETRANTE: Adv. DÁRIO PESSOA DE BARROS.

121

PACIENTE: **ZAQUEU CARLOS DUARTE**.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. NIVALDO MULATINHO.

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES.

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL.

**RELATÓRIO**

O advogado Dário Pessoa de Barros, inscrito na OAB/PE sob o nº 17.003, ajuizou pedido de Ordem de Habeas Corpus liberatório em favor de **ZAQUEU CARLOS DUARTE**, qualificado nos autos, preso à disposição do MM. Juiz da 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, ora apontado como autoridade coatora.

Afirma o impetrante, na peça vestibular (fls. 02/14), em síntese, que a prisão processual que restringe a liberdade do paciente carece de fundamentação idônea, bem como que o mesmo faz jus ao benefício da liberdade provisória.

Requer a concessão da medida liminar, para obter "contramandado" (sic) de prisão, e, ao final, que seja a ordem confirmada pelo Colegiado.

A inicial fez-se acompanhar de documentos (fls. 15/103).

O pedido de liminar restou indeferido (decisão de fls. 110/111).

O magistrado *a quo* prestou as informações de estilo (fls. 118/119).

O Ministério Público, em parecer da lavra da Exma. Sra. Procuradora de Justiça convocada, Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães, opinou pela denegação da ordem (fls. 132/135).

É o brevíssimo relatório.



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça de Pernambuco

VOTO

122

Conforme se depreende das informações prestadas pela indigitada autoridade coatora, **ZAQUEU CARLOS DUARTE** foi denunciado nas penas do art. 157, caput do Código Penal.

Segundo o Juiz de 1ª Grau, consta da denúncia *"que no dia 03 de outubro de 2009, simulando porte de arma de fogo, subtraiu um aparelho celular da adolescente Amanda Malara Santos Silveira, quando a vítima transitava em via pública, tendo o, ora paciente, descida da moto e abordado a vítima, fugindo em seguida na moto. Descreve, ainda, a inicial que o acusado foi preso em flagrante por policiais militares que passavam pelo local numa viatura."* Grifos apostos (fls. 118).

Ainda segundo o magistrado oficiante, a denúncia foi recebida em 27.10.2009, tendo sido indeferido o pedido de liberdade provisória formulado pela defesa (cópia da decisão, às fls. 124/126).

O paciente foi pessoalmente citado, em 23.11.2009 e apresentou resposta à acusação, em 16.12.2009. Atualmente o feito encontra-se no aguardo de realização de audiência de instrução e julgamento, com data consignada para o dia **23 de fevereiro de 2010**.

Pede-se vênha para transcrever excerto da Decisão Interlocutória de 1ª Grau, que manteve a custódia cautelar do paciente (fls. 124/126):

*"Na hipótese dos autos, mantenho a segregação cautelar, em razão da gravidade em concreto do crime praticado pelo acusado, uma vez que vislumbro, de plano, fundamentos sólidos, providos de suportes fáticos e aliados aos requisitos legalmente previstos, constituindo, pois, justificativa idônea para a manutenção da constrição provisória, como forma de resguardar a ordem pública, a instrução processual, bem como a aplicação da lei penal, porventura sobrevenha uma condenação."*

É de bom alvitre aplicar-se *in casu* o princípio da confiança no Juiz do processo, posto que o magistrado da causa está mais



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

próximo da prova produzida durante a instrução criminal, portanto mais apto a avaliar a conveniência da custódia. Veja-se:

123

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DA PRISÃO. A QUEM CABE AFERI-LA. PRINCIPIO DA CONFIANÇA NO JUIZ DO PROCESSO. MEDIDA CAUTELAR CONSTRITIVA DE LIBERDADE AFIRMADA DESNECESSARIA ANTE A PRESUNÇÃO DA INOCENCIA E POR SE TRATAR DE PACIENTE PRIMARIO, RADICADO NO DISTRITO DA CULPA E COM PROFISSÃO DEFINIDA. PRISÃO ESPECIAL. EXEGESE DO ART. 295, X, DO CPP. ORDEM DENEGADA.

I - O FUNDAMENTO ÉTICO DA PRISÃO PREVENTIVA É A NECESSIDADE, QUE DEVE SER AFERIDA PELO JUIZ DO PROCESSO E MANIFESTADA, DESDE QUE RECONHECIDA, EM DECISÃO FUNDAMENTADA.

II - DEMONSTRADA A NECESSIDADE DA ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR CONSTRITIVA DA LIBERDADE HUMANA, CONCRETIZADA EM DECISÃO, AINDA QUE SUCINTA, ONDE CONSIGNADAS AS RAZÕES PELAS QUAIS ENTENDEU-SE A NECESSIDADE, DESCABE PRETENDER DESCONSTITUI-LA COM A INVOCACÃO DO PRINCIPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCENCIA OU PELA CIRCUNSTANCIA DE SER O PACIENTE PRIMARIO, RADICADO NO DISTRITO DA CULPA E COM PROFISSÃO DEFINIDA.

III- (...).

RHC 2787 / SC

RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS 1993/0014718-8

T6 - SEXTA TURMA - STJ

DJ 27/09/1993 p. 19833

RSTJ vol. 58 p. 118

Como é sabido, o benefício da liberdade provisória está subordinado à certeza da inoccorrência de qualquer das hipóteses autorizadoras da prisão preventiva (Código de Processo Penal, artigo



124



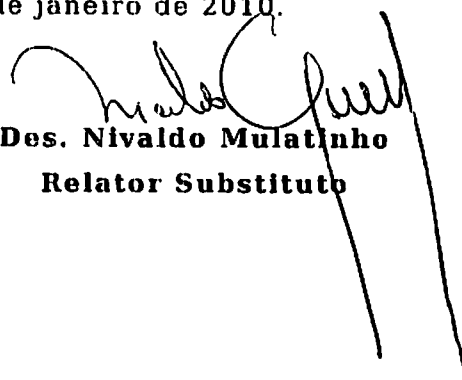
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

310, caput e parágrafo único), decorrente dos elementos existentes nos autos ou de prova da parte onerada, o que não parece ser o caso dos autos, posto que o paciente, simulando fazer uso de arma de fogo, empreendeu assalto contra adolescente. Destaque-se que a conduta criminosa e a forma de atuar do acusado, concretamente considerada, reclama a garantia da ordem pública, tornando indubitosa a legalidade da custódia cautelar.

No caso *sub judice*, tem-se como certa a necessidade da segregação cautelar, com o fito de assegurar a conveniência da instrução criminal e a garantia da ordem pública, com base no previsto no art. 312 do Código de Ritos Penais.

Dessarte, acolhendo o parecer ministerial da lavra da Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães, Procuradora de Justiça em matéria criminal por convocação, meu voto é pela **denegação da ordem**.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho**  
**Relator Substituto**